

EDF OITÍ Transmissora S.A.

**Demonstrações financeiras em 31 de
dezembro de 2024 e 2023 e relatório dos
auditores independentes**

Conteúdo

Relatorio dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas da

EDF OITI Transmissora S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da EDF OITI Transmissora S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da EDF OITI Transmissora S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração do ativo de contrato e da receita de construção

Veja as Notas 3.2, 5 e 11 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
O reconhecimento do ativo de concessão e da receita da Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (“CPC 47”) requer o exercício de estimativas e julgamentos significativos na determinação de mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de desempenho satisfeita ao longo do tempo. A administração, no momento da adoção inicial do CPC 47, usou estimativas e julgamentos significativos para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de desempenho, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de desempenho identificada e as projeções das receitas esperadas. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido nas premissas durante o reconhecimento inicial, consideramos a mensuração do ativo de contrato e a receita de construção como um principal assunto em nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) a leitura do contrato de concessão para identificação das obrigações de desempenho previstas contratualmente; ii) a verificação se as premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e receitas, na margem do contrato e na definição da taxa de desconto utilizada no modelo de cálculo do ativo de contrato estão conforme as premissas consideradas na adoção do CPC 47; iii) Teste de voucher dos custos de construção incorridos no período; iv) Verificação do controle de CAPEX e OPEX aprovado pelo engenheiro do projeto comparado ao utilizado no modelo; e v) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, no decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetaram a mensuração e a divulgação do ativo de contrato e da receita de construção, os quais foram registrados e acatados pela administração no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2025.

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Milena dos Santos Rosa

Contador CRC RJ-100983/O-7

EDF Oiti Transmissora S.A.

Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	124.027	28.633
Tributos a recuperar		691	-
Adiantamentos diversos		4	42
Total do Ativo Circulante		124.722	28.675
Não Circulante			
Realizável a longo prazo			
Títulos e valores mobiliários		21	-
Ativos contratuais	5	64.729	11.349
Depósitos judiciais	10	915	-
Total do Ativo Não Circulante		65.665	11.349
Total do Ativo		190.387	40.024
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	6	10.289	211
Imposto de renda e Contribuição social a pagar	7.1	306	80
Outros passivos circulantes		26	5
Total Passivo Circulante		10.621	296
Não Circulante			
Debêntures	8	129.489	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	7.2	1.994	350
PIS e COFINS diferido	7.2	2.362	414
Total Passivo Não Circulante		133.845	764
Patrimônio Líquido			
Capital social	9	40.000	40.000
Reserva de lucros	9	5.921	-
Prejuízos acumulados	9	-	(1.036)
Total Patrimônio Líquido		45.921	38.964
Total Passivo e do Patrimônio Líquido		190.387	40.024

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

EDF Oiti Transmissora S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Receita Líquida	11	51.432	10.935
Custos de construção	12	(40.132)	(11.931)
Resultado operacional bruto		11.300	(996)
Despesas e receitas operacionais			
Outras despesas e receitas operacionais		(854)	(119)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		10.446	(1.115)
Despesas financeiras	13	(8.655)	(7)
Receitas financeiras	13	10.282	634
Resultado financeiro líquido		1.627	627
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		12.073	(488)
Imposto de renda e contribuição social correntes	7	(3.472)	(198)
Imposto de renda e contribuição social diferido	7	(1.644)	(350)
Lucros/(prejuízos) líquido do exercício		6.957	(1.036)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

EDF Oiti Transmissora S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Lucros/ (prejuízos) líquido do exercício	6.957	(1.036)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	6.957	(1.036)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

EDF Oiti Transmissora S.A.

Demonstração da mutação do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Lucros / (Prejuízos) acumulados	Total
Saldo em 01 janeiro 2023		10	-	-	-	10
Subscrição de capital		39.990	-	-	-	39.990
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	(1.036)	(1.036)
Saldos em 31 dezembro 2023		40.000	-	-	(1.036)	38.964
Lucro líquido do exercício	9	-	-	-	6.957	6.957
Constituição de reservas	9	-	296	5.625	(5.921)	-
Saldos em 31 dezembro 2024		40.000	296	5.625	-	45.921

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

EDF Oiti Transmissora S.A.

Demonstração do fluxo de caixa
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	12.073	(488)
<i>Ajustes para:</i>		
Juros, variações monetárias sobre debêntures	8.414	-
Encargos sobre debêntures	183	-
Receita de construção	(50.075)	(14.886)
Remuneração dos ativos da concessão	(2.645)	(359)
Ajuste do fluxo do ativo de contrato	(660)	3.896
PIS e COFINS diferido	1.948	414
Lucro ajustado	(30.762)	(11.423)
Variações dos Ativos e Passivos operacionais		
Depósitos judiciais	(915)	-
Adiantamentos	38	(42)
Tributos a recuperar	(691)	-
Fornecedores e outras contas a pagar	10.078	211
Outros passivos	21	5
Caixa consumido pelas atividades operacionais	(22.231)	(11.249)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.246)	(118)
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	(25.477)	(11.367)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Títulos e valores mobiliários	(21)	-
Caixa líquido consumido/gerado pelas atividades de investimentos	(21)	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Subscrição de capital	-	39.990
Recursos provenientes de debêntures	128.000	-
Custo para aquisição de debêntures	(7.108)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	120.892	39.990
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa	95.394	28.623
Variação do caixa e equivalentes de caixa		
No início do período	28.633	10
No final do período	124.027	28.633
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa	95.394	28.623

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

EDF Oiti Transmissora S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

1.1. Objeto social

A EDF Oiti Transmissora S.A. ("Companhia"), é uma sociedade constituída como "Sociedade Anônima" de capital fechado e domiciliada no Brasil. A sede social da Companhia está localizada na Avenida República do Chile, 330, bloco 2, sala 601, centro Rio de Janeiro -RJ.

A Companhia tem por objeto social explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia, prestado mediante a construção, montagem, operação e a manutenção de subestações, linhas de transmissão e seus terminais, transformadores e suas conexões e demais equipamentos, incluindo os serviços de apoio administrativo, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições, e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos.

A partir de dezembro de 2024, a Companhia passou por uma troca de controle indireta, decorrente da transferência das ações que eram detidas pela Usina Termoeletrica Norte Fluminense S.A. para a EDF Brasil Holding S.A., passando assim a ser controlada pela EDF Brasil Holding S.A. Essa alteração, teve anuência da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica.

1.2. Contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica

Em 31 de março de 2023, a Companhia assinou com a União, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), o contrato de concessão nº 04/2023 – ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão pelo prazo de 30 anos.

As instalações de transmissão estão localizadas no estado do Rio de Janeiro, conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

Será construída a Subestação Porto do Açú 345/138 kV - seccionando Linha de Transmissão 345 kV Campos - UTE GNAI, operação final de trecho de aproximadamente 50 km.

Contrato de Concessão ANEEL nº	Prazo da concessão	Início da operação prevista em contrato
04/2023 - ANEEL	30 anos	30/09/2026

A prestação do serviço de transmissão se dá mediante o recebimento de Receita Anual Permitida (RAP), a partir da data da disponibilização das instalações para a operação comercial.

EDF Oiti Transmissora S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A receita anual permitida (RAP) da concessionária é definida pelo Poder Concedente, no valor histórico de R\$ 18.352. Tal receita anual permitida (RAP) é corrigida anualmente pelo IPCA no mês de julho de cada ano, nos termos das cláusulas do contrato de concessão. A companhia tem a expectativa de entrada em operação em maio de 2026. A RAP é acrescida das despesas de PIS/COFINS conforme definido contratualmente.

A receita anual permitida (RAP) será faturada pela Companhia, em duodécimos, a cada mês civil, contra os usuários da rede básica, conforme regulamentação da ANEEL e condições estabelecidas no Contrato de Prestação de Serviço de Transmissão - CPST, bem como definições do ONS (Operador Nacional do Sistema).

Revisão tarifária

A ANEEL procederá a revisão da Receita Anual Permitida - RAP, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do contrato de concessão, utilizando uma metodologia de cálculo com base no custo de Capital de Terceiros.

A revisão tarifária está prevista para julho de 2028.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação CPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas Demonstrações Financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

Os membros da Administração da Companhia examinaram o conjunto das Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e concluíram que as referidas Demonstrações Financeiras traduzem com propriedade sua posição patrimonial e financeira e as aprovaram em 31 de março de 2025.

2.2. Base de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido pelas normas contábeis.

EDF Oiti Transmissora S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.3. Moeda funcional

Estas Demonstrações Financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A elaboração das Demonstrações Financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota explicativa 5 - Ativo de contrato: contabilização de contratos de concessão;
- Nota explicativa 7 - Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos: constituição de IRPJ e CSLL diferido.
- Nota explicativa 7.1 - PIS e COFINS diferidos: constituição de passivo fiscal diferido

2.4.1. Estimativas e premissas

Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: critério de apuração e remuneração do ativo de contrato, constituição de passivo fiscal diferido de PIS e COFINS, além das despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos. As estimativas significativas são revistas de forma contínua e são reconhecidas prospectivamente.

2.5. Remuneração da administração

A administração da EDF Oiti informa que, no exercício de 2024, não houve remuneração paga aos administradores da empresa, seja sob forma de salários, bônus, participação nos lucros ou qualquer outro tipo de compensação.

Essa decisão é compatível com a política de gestão adotada pela empresa, considerando sua estrutura organizacional e o estágio atual de operação. Assim, não existem valores a serem divulgados referentes à remuneração dos administradores nas demonstrações financeiras.

EDF Oiti Transmissora S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.6. Honorários dos auditores independentes

Os honorários de auditores independentes referem-se aos valores pagos à empresa de auditoria KPMG Auditores Independentes Ltda. pelos serviços de auditoria das demonstrações financeiras da Companhia durante o exercício de 31 de dezembro de 2024. O montante contratado foi um total de R\$ 274 em 2024, e R\$ 261 em 2023.

3. Políticas Contábeis Materiais

As políticas contábeis materiais para a Companhia estão sendo aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas Demonstrações Financeiras.

3.1. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

Todos os instrumentos financeiros foram reconhecidos no balanço da Companhia, tanto no ativo quanto no passivo, são mensurados inicialmente pelo valor justo, quando aplicável, e após o reconhecimento inicial de acordo com sua classificação.

3.2. Ativo de contrato

O Ativo de contrato se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir a infraestrutura de transmissão, uma vez que o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção, sendo mensurado de acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato.

Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho tornar-se um contas a receber (ativo financeiro), mensurado de acordo com o CPC 48 - Instrumentos Financeiros, tendo em vista que a Companhia passa a ter direito incondicional ao recebimento.

O valor do Ativo de contrato é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros, definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que representa a contraprestação que a Companhia recebe pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários, sendo estimados no início da concessão, ou na sua prorrogação. Este fluxo de recebimentos é: (i) remunerado pela taxa implícita, que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto; (ii) atualizado pelo IPCA; (iii) revisado a cada 5 (cinco) anos pelo poder concedente na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Adicionalmente, não há alteração da taxa implícita definida no início de cada projeto, qualquer alteração ocorrida no fluxo de recebimentos é reconhecida imediatamente no resultado. Os recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão.

EDF Oiti Transmissora S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.2.1. Reconhecimento e mensuração de receita

As receitas provenientes da prestação de serviços são reconhecidas e mensuradas com base no CPC 47 (IFRS 15). A companhia reconhece receita conforme descrito abaixo:

Receita de construção

A obrigação de desempenho referente a construção da infraestrutura é satisfeita ao longo do período de construção. A receita é reconhecida ao longo do tempo mensurando o progresso em relação ao cumprimento total dessa obrigação de desempenho, com base no método de insumos. Essa receita é mensurada tendo como base os custos de construção incorridos em relação aos custos totais esperados, acrescidos de uma margem de lucratividade definida pelo fluxo do ativo contratual aprovado no leilão pelo poder concedente. Eventuais ganhos ou perdas decorrentes de eficiência ou ineficiências na construção são reconhecidos no resultado como ajustes de receita.

Receita de remuneração

Refere-se a juros reconhecidos com base no método linear que são mensurados com base em uma taxa de remuneração sobre o saldo do ativo de contrato, que reflete uma transação de financiamento da construção da infraestrutura entre a Companhia e o Poder Concedente.

Receita de operação e manutenção

O seu reconhecimento tem início após o período de construção e entrada em operação da infraestrutura, à medida que a obrigação de operar e manter a disponibilidade da infraestrutura é cumprida. A receita é reconhecida ao longo do tempo mensurando o progresso em relação ao cumprimento total dessa obrigação de desempenho, com base no método de insumos. Essa receita é mensurada tendo como base os custos de operação e manutenção incorridos em relação aos custos totais esperados, acrescidos de uma margem de lucratividade estabelecida pelo fluxo do ativo contratual aprovado no leilão pelo poder concedente. Eventuais ganhos ou perdas decorrentes de eficiência ou ineficiências na operação e manutenção são reconhecidos como custo quando incorridos. Embora a receita seja reconhecida ao longo do tempo, o ciclo da receita de operação e manutenção é mensal.

As receitas de construção e remuneração do Ativo de contrato estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, no passivo não circulante.

3.3. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às Demonstrações Financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos.

EDF Oiti Transmissora S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.4. Dividendos

A definição dos dividendos considera o estatuto da Companhia e está em conformidade com o CPC 24, com o ICPC 08 (R1), e também com o art. 202 da lei das S.A..

3.5. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.5.1. Provisões para contingências

Uma provisão para contingência é reconhecida nos casos em que a probabilidade de perda é considerada provável, no caso de a provisão ter uma probabilidade de perda possível existe a divulgação em nota explicativa, para os casos de perda remota é dispensada a apresentação de nota explicativa. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As avaliações são revisadas mensalmente para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais ou menores identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.6. Ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição, reduzidos de provisão para ajuste ao valor de recuperável, quando aplicável. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

3.7. Despesas operacionais

As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência. A companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros.

EDF Oiti Transmissora S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.8. Tributação

3.8.1. PIS e COFINS

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso.

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo à 3,65% das receitas de infraestrutura e receita de remuneração dos ativos da concessão. Conforme previsto na Lei nº 12.973/14. A liquidação desta obrigação diferida ocorrerá à medida que a Companhia receber as contraprestações determinadas no contrato de concessão mencionado na nota explicativa nº 3.2.

A Companhia aderiu ao regime tributário lucro presumido a partir de janeiro de 2023, ajustando o seu saldo dos ativos da concessão para uma alíquota de 3,65%.

3.8.2. Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, adotando o regime de tributação com base no lucro presumido. As despesas do imposto de renda e da contribuição social corrente são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente.

O imposto de renda é computado a uma alíquota de 15% acrescentada do adicional de 10% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 8%. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 12%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("tributos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Conforme orientações do ICPC 22 – Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado da Companhia. Em 31 de dezembro de 2024, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro adotados pela Companhia.

3.9. Despesas e receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos.

EDF Oiti Transmissora S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.10. Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia ainda não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

a) Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

Norma	Correlação IFRS / IAS	Vigência a partir de
CPC 26 (R1) Apresentação das demonstrações contábeis	IFRS 18	01.01.2027

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas do grupo, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais. Está em análise também o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

b) Outras Normas Contábeis

Norma	Correlação IFRS / IAS	Vigência a partir de
Instrumentos Financeiros	IFRS 9 e IFRS 7	01.01.2025

Não se espera que as normas novas e alteradas acima tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras.

4. Caixa e equivalentes de Caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Aplicação financeira (i)	124.027	28.633
Total	124.027	28.633

- (i) O saldo refere-se a aplicações financeiras que teve no ano de 2024, remuneração média referenciado ao CDI de 106,51% (101,67% em 2023). As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo.

EDF Oiti Transmissora S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Concessão de serviço público (ativo de contrato)

A taxa utilizada pela Companhia para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, cuja composição observou os valores à época da realização do investimento.

Ativo de contrato em 01/01/2023	-
Receita de construção	14.886
Remuneração dos ativos de concessão	359
Ajuste no fluxo do ativo de contrato	(3.896)
Ativo de contrato em 31/12/2023	11.349
Receita de construção	50.075
Remuneração dos ativos de concessão	2.645
Ajuste no fluxo do ativo de contrato	660
Ativo de contrato em 31/12/2024	64.729

6. Fornecedores

Os valores são demonstrados como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Materiais (i)	10.006	-
Serviços de consultoria	126	44
Outros	116	7
Assessoria jurídica	25	60
Fornecedores diversos	16	-
Serviços de terceiros	-	100
Total	10.289	211

- (i) O saldo refere-se as empresas Siemens (R\$ 7.636) e Balteau (R\$ 2.370), que são fornecedores de equipamentos e começaram a enviar os materiais em dezembro de 2024.

7. Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A despesa de imposto de renda e contribuição social, apropriada no resultado do exercício, foi apurada pelo regime de tributação de lucro presumido, conforme segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional	53.380	15.245
Base presunção IRPJ 8%	4.270	1.220
Base presunção CSLL 12%	6.406	1.829
Receitas financeiras	10.282	634
Base de IRPJ	14.552	1.854
Despesa de IRPJ	(3.614)	(368)
Base de CSLL	16.688	2.463
Despesa de CSLL	(1.502)	(180)
Despesa de IRPJ e CSLL	(5.116)	(548)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(1.644)	(350)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(3.472)	(198)

EDF Oiti Transmissora S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7.1. Imposto de renda e contribuição a pagar

Despesa de IRPJ e CSLL

A movimentação de IRPJ e CSLL está demonstrada a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	80	-
Impostos calculados	3.472	198
Impostos pagos	(3.246)	(118)
Saldo Final	306	80

A movimentação de impostos diferidos está demonstrada a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Ativo de contrato	64.729	11.349
Base diferida	64.729	11.349
PIS e COFINS (a)	2.362	414
IRPJ e CSLL (b)	1.994	350
Saldo Final	4.356	764

- (a) Correspondem ao PIS e COFINS diferidos calculados sobre os valores de receitas do ativo de contrato, e são revertidos quando a companhia reconhece a RAP (receita anual permitida). O diferimento do PIS e COFINS está descrito na nota 3.8.1. O valor de PIS/COFINS diferido está classificado na receita operacional líquida, conforme detalhado na nota 11.
- (b) O Imposto de renda e a Contribuição social sobre o lucro líquido diferido, são calculados sobre os valores de receitas do Ativo de Contrato e serão revertidos quando a Companhia reconhecer a RAP (receita anual permitida). A alíquota do IRPJ e CSLL está detalhada na nota 3.8.2.

8. Debêntures

Movimentações contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Operação	31/12/2024	31/12/2023	Vencimento	Periodicidade Amortização	(Taxa efetiva de juros)
1ª Emissão de Debêntures (a)	128.000	-	mai/49	Semestral	IPCA + 6,8209%
Custos a amortizar	(6.925)	-			
Juros e variação monetária	8.414	-			
Total	129.489	-			

- a. Emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, emitida em 15 de abril de 2024 no valor total de R\$128.000. Recursos utilizados para o financiamento do projeto de investimento em infraestrutura da implantação de uma subestação e uma linha de transmissão. Amortizações semestrais e consecutivas em 46 parcelas, com primeira parcela em 16 de novembro de 2026.
- b. Em abril de 2024, a Companhia emitiu debêntures com cláusulas que requerem a manutenção de índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento de índice financeiro anual a partir do completion, previsto para 2026 quando tem data de entrada em operação e recebimento de RAP prevista, bem como outras condições restritivas a serem observadas, tais como:
- (i) Mudanças na Estrutura Societária: Qualquer alteração significativa na estrutura societária da Companhia, não prevista na escritura de emissão das debêntures, requer a anuência prévia dos debenturistas.

EDF Oiti Transmissora S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (ii) Destinação dos Recursos: Os recursos captados por meio das debêntures devem ser aplicados conforme as finalidades especificadas na escritura de emissão. Qualquer desvio na destinação desses recursos deve ser comunicado aos debenturistas e, se necessário, divulgado como fato relevante.
- (iii) Distribuição de Dividendos: A distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio em valor superior ao dividendo mínimo obrigatório está condicionada ao cumprimento de índices financeiros específicos, como o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) mínimo de 1,2.
- (iv) Endividamento Adicional: A contratação de novos empréstimos ou financiamentos que possam elevar o nível de endividamento além dos limites estabelecidos nos contratos vigentes necessita de aprovação prévia dos credores.

O não cumprimento de qualquer uma dessas cláusulas pode acarretar a exigibilidade antecipada das obrigações financeiras, conforme previsto na escritura.

Conforme definido pelo contrato firmado entre as partes as cláusulas restritivas relacionada a índice financeiro, só entrarão em vigor a partir de 2026 com a entrada de operação (completion) da Companhia.

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Operação	31/12/2023	Aquisição de debenture	Custo para aquisição de debêntures	Juros e variações monetárias	Apropriação de encargos	31/12/2024
1ª Emissão de Debêntures	-	128.000	(7.108)	8.414	183	129.489
Total	-	128.000	(7.108)	8.414	183	129.489
Total circulante	-					-
Total não circulante	-					129.489

As debêntures, classificadas no passivo não circulante, tem seu vencimento assim programado:

Parcelas vencíveis por Emissor	2026	2027	2028	2029	2030	2031 a 2049	Total
Oliveira Trust	8.469	3.781	4.289	5.327	5.827	108.721	136.414
(-) Custo de emissão amortizar	(568)	(284)	(284)	(284)	(284)	(5.221)	(6.925)
Total	7.901	3.497	4.005	5.043	5.543	103.500	129.489

9. Patrimônio líquido

Capital social

O capital social subscrito e totalmente integralizado em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de 40.000 e está representado por 40.000.000 (quarenta milhões) de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, a um preço de R\$1,00 (um real) por ação, detidas pela acionista EDF Brasil Holding e em 2023 pela Usina Termelétrica Norte Fluminense, representado conforme abaixo:

	31/12/2024			31/12/2023		
	Quantidade de ações	R\$ mil	% do capital social	Quantidade de ações	R\$ mil	% do capital social
Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A.	-	-	0%	40.000.000	40.000	100%
EDF Brasil Holding S.A.	40.000.000	40.000	100%	-	-	0%
	40.000.000	40.000	100%	40.000.000	40.000	100%

Em 26 de dezembro de 2022, a companhia foi constituída tendo como capital social inicial de R\$10 (dez mil reais), dividido em 10.000 (dez mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, tendo sido o capital social integralmente subscrito e integralizado.

EDF Oiti Transmissora S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 27 de dezembro de 2024 ocorreu a transferência de ações, no qual a Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A. transferiu à EDF Brasil 40.000.000 (quarenta milhões) de ações ordinárias, correspondentes a 100% (cem por cento) do capital social e das ações emitidas pela Companhia, sendo estas ações da EDF Oiti. A transação foi realizada livres e desembaraçadas de quaisquer ônus, gravames ou constrições judiciais, exceto pela Alienação Fiduciária.

Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir o limite de 20% do capital social, fixado pela legislação societária.

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	6.957	-
Absorção do prejuízo	(1.036)	-
Base reserva legal	5.921	-
Reserva legal (5%)	296	-
Saldo inicial	-	-
Calculado no ano	296	-
Total	296	-

Reserva de lucro a realizar

Essa reserva tem por objetivo refletir a parte do lucro líquido do exercício que, embora reconhecida contabilmente, ainda não foi efetivamente realizada em termos de caixa ou equivalente.

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	-	-
Reserva de lucro a realizar	5.625	-
Total	5.625	-

10. Depósito Judicial e Contingências

A Companhia não possui contingências passivas em 31 de dezembro de 2024 e 2023. Foi efetuado depósitos em juízo no montante de R\$ 915 em 2023, referente aos processos de desapropriações para a aquisição de área destinada à instalação da Subestação 345/138 kV Porto do Açu e seus ramais de transmissão, localizada no município de São João da Barra/RJ, conforme os processos nº 0802082-98.2023.8.19.0053 e nº 0802083-83.2023.8.19.0053.

No entanto, após avaliação, a empresa decidiu desistir das ações judiciais, pois o local foi considerado inadequado para a instalação da subestação, em razão das características do terreno. A desistência foi formalizada nos processos judiciais mencionados.

Com isso, a EDF OITI Transmissora S.A. aguarda a restituição dos valores depositados em juízo.

EDF Oiti Transmissora S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Receita operacional líquida

	31/12/2024	31/12/2023
Receita de construção	50.075	14.886
Remuneração dos ativos da concessão	2.645	359
Ajuste do fluxo do ativo de contrato	660	(3.896)
(-) PIS e COFINS	(1.948)	(414)
Total	51.432	10.935

12. Custo de construção

	31/12/2024	31/12/2023
Materiais e equipamentos	(35.482)	(8.531)
Serviços de terceiros	(3.035)	(2.297)
Custos judiciais	(1.544)	(934)
Custo com pessoal	(26)	(5)
Outros	(45)	-
Seguros	-	(87)
Taxas	-	(77)
Total	(40.132)	(11.931)

13. Resultado financeiro

	31/12/2024	31/12/2023
Juros e variações monetárias debentures	(8.414)	(6)
Multas e acréscimos moratórios	(7)	-
IOF, Comissões e taxas	(234)	(1)
Despesas Financeiras	(8.655)	(7)
Receita com aplicações financeiras	10.280	634
Variações monetárias	2	-
Receitas Financeiras	10.282	634
Resultado financeiro líquido	1.627	627

EDF Oiti Transmissora S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial são como segue:

	Nível	31/12/2024 Saldo contábil	31/12/2024 Valor justo	31/12/2023
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	2	124.027	124.027	28.633
Passivos				
Fornecedores	2	10.289	10.289	211
Debêntures	2	129.489	125.033	-

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Administração.

A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46 – Mensuração do Valor Justo:

Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

A Companhia realizou a emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária. Os recursos obtidos destinam-se ao financiamento da implantação de uma subestação e linha de transmissão. As debêntures possuem amortização semestral e consecutiva em 46 parcelas, com a primeira parcela de pagamento em 16 de novembro de 2026, conforme N.E 8.

14. Instrumentos financeiros – Continuação

As debêntures são classificadas como “outros passivos financeiros ao custo amortizado” e a Administração avaliou que seu valor contábil se aproxima do seu valor justo, exceto quando essas debêntures possuem cotações divulgadas pela ANBIMA conforme negociações ocorridas no mercado secundário na data do balanço. O mercado secundário Bolsa, Balcão é considerado ativo pois os preços cotados estão disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, permitindo que as cotações reflitam transações de mercado reais que ocorreram em bases puramente comerciais. Contudo, cabe esclarecer que a precificação de debentures é prejudicada pela incipiência do mercado de capitais levando à formação de preços com baixíssima amostragem.

Os instrumentos financeiros da Companhia, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2 e são apresentados pelo seu valor justo com variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez, risco de taxas de juros, risco operacional e risco de capital.

Risco de crédito

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

Risco de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

EDF Oiti Transmissora S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Instrumentos financeiros – Continuação

Risco operacional

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias. A Companhia tem como objetivo a manutenção e constante atualização de seus processos, minimizando, assim, os riscos operacionais e consequentemente reduzindo os eventuais impactos no fluxo financeiro, e danos à sua reputação buscando eficácia de custos para evitar qualquer restrição operacional.

Risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

14.1. Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas.

15. Seguros

	Modalidade	Período de vigência
Ezze Seguros (i)	Seguro Garantia	30 de março de 2023 até 29 de dezembro de 2026
Allianz Seguros (ii)	Responsabilidade Civil Administradores	31 de março de 2023 até 31 de março de 2025
Axa Seguros (iii)	Responsabilidade Civil	30 de junho de 2024 até 30 de junho de 2025

- (i) Seguro garantia para fiel cumprimento, com apólice 1007507020185, emitido pela Ezze Seguros, tendo um limite máximo de indenização de R\$ 17.902, e não há prêmio anual.
- (ii) Seguro de responsabilidade civil de Administradores e Diretores (D&O) com apólice 5177202453100000160, emitido pela Allianz Seguros, tendo um limite máximo de indenização de R\$ 4.969 e um prêmio anual de R\$ 17.
- (iii) Seguro de responsabilidade geral com apólice 02852.2024.0021.0351.0013862, emitido pela AXA Seguros S.A, tendo um limite máximo de indenização de R\$ 56.585 e um prêmio anual de R\$ 106.

EDF Oiti Transmissora S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Compromissos assumidos

Instalações de transmissão

Em atendimento ao contrato de concessão nº 04/2023-ANEEL a companhia assumiu um contrato para o fornecimento de equipamentos para a construção das instalações de transmissão pelo fornecedor Hitachi Energy do Brasil Ltda, conforme contrato celebrado em 10 de agosto de 2023. O montante total contratado pela companhia foi de R\$ 46.919, com o saldo a pagar no valor de R\$ 32.843, com vencimentos até 08 de dezembro de 2025. Não havendo valor em aberto em 31 de dezembro de 2024 para o fornecedor

E com o fornecedor Siemens Energy Brasil Ltda, para o fornecimento de equipamentos e supervisão de montagem, conforme contrato celebrado em 30 de abril de 2024. O montante total contratado pela companhia foi de R\$ 19.612, com o saldo a pagar no valor R\$ 10.786, com vencimento até 30 de dezembro de 2025. O valor em aberto em 31 de dezembro de 2024 para o fornecedor está descrito na nota 6.

* * *